

# O Licenciamento Ambiental e sua Influência nos Programas de Políticas Públicas dos Recursos Madeireiros no Estado do Amazonas.

Gabriel Gonçalves dos Santos<sup>a</sup>, Aline Tavares Viana<sup>b</sup>, André Luiz da Silva Melo<sup>b</sup>, Rebeca Wasthy Eiras de Lima<sup>b</sup>, Marcileia Couteiro Lopes<sup>b</sup>

Received: 04/03/2025

Reviewed: 06/03/2025

Accepted: 06/03/2025

Published: 07/03/2025

**Citação:** Santos, G. G., Viana, A. T., Melo, A. L. S., Lima, R. W. E., Lopes, M. C. (2024). O Licenciamento Ambiental e sua Influência nos Programas de Políticas Públicas dos Recursos Madeireiros no Estado do Amazonas. *Sustentabilidade International Scientific Journal*, v. 1, n. 3. <https://doi.org.10.70336/sust.2024.v1.17169>

ISSN ONLINE: 2966-280X

<sup>a</sup> Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, Brasil; gabrielgoncalvesv12@gmail.com

<sup>b</sup> Universidade Federal do Amazonas, Departamento de Ciências Florestais, Manaus-AM; aline.viana@ufam.edu.br, andre.melo@ufam.edu.br, rebeca.lima@ufam.edu.br, mlopes@ufam.edu.br

\*Corresponding author: andre.melo@ufam.edu.br

**Resumo:** O licenciamento ambiental é um instrumento fundamental para assegurar a sustentabilidade das atividades produtivas, especialmente no que tange ao uso de recursos naturais, como os madeireiros. Este estudo visa analisar a influência do licenciamento ambiental nos programas de políticas públicas voltados para a gestão de recursos madeireiros, com foco no PROMOVE (Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar) do Estado do Amazonas. A pesquisa explora a relação entre o processo de licenciamento e a execução do programa, avaliando aspectos como a distribuição dos benefícios entre os municípios, o impacto socioeconômico gerado e as limitações impostas pelas exigências ambientais. A partir de uma análise dos dados entre 2012 e 2022, o estudo busca compreender como as regulamentações ambientais afetam a cadeia produtiva do mobiliário escolar, a utilização de recursos madeireiros e a efetividade do programa na promoção de um desenvolvimento regional sustentável.

**Palavras- Chave:** Licenciamento ambiental, Desenvolvimento regional sustentável, Promove.

## 1. Introdução

O licenciamento ambiental é um instrumento de proteção ambiental na qual podemos considerar fundamental para o processo de manutenção do meio ambiente, pois este viabiliza que projetos envolvendo a questão ambiental sejam realizados de maneira sustentável e que principalmente conservem os recursos naturais. Sendo também o licenciamento ambiental primordial para a efetividade e elaboração de Políticas Públicas no setor florestal na Amazônia. Este de fato atua como um dos principais atores para que sejam desenvolvidas metodologias para que estes programas cheguem à sociedade e a seus respectivos grupos de interesse de maneira orgânica e que permitam que os mesmos possam participar de maneira integral dessas Políticas Públicas.

Existem várias definições de políticas públicas, não existindo uma definição única, ou melhor, a respeito do que constitui política pública, diferentes estudos sobre o assunto são abordados e notório que dependendo de cada conhecedor da área pode ser dito de maneira divergente, mas ainda, sim, concordante. Como escreve Souza (2006) Política Pública é uma área do conhecimento que procura, concomitantemente, “colocar o governo em ação” e/ou examinar essa atitude e, quando essencial, sugerir alterações no curso delas. A concepção de políticas públicas consiste no estado em que os governos democráticos transpassam suas intenções e plataformas eleitorais em projetos e ações que renderão resultados ou transformações no mundo. Mead (1995) por sua vez, define como um campo de estudos políticos que analisa o governo em termos de grandes problemas públicos. Lynn (1980) define como um conjunto de ações governamentais que produzirão um efeito específico. Peters (1986) segue a mesma linha de pensamento: política pública é o somatório das atividades governamentais que agem diretamente ou por meio de mandatos e afetam a vida dos cidadãos. Dye (1984) generalizou a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais famosa continua sendo a de Lasswell (1936), de que a tomada de decisões e a análise de políticas públicas significam responder às perguntas: quem ganha o quê? Por que recebe? E que diferença faz?

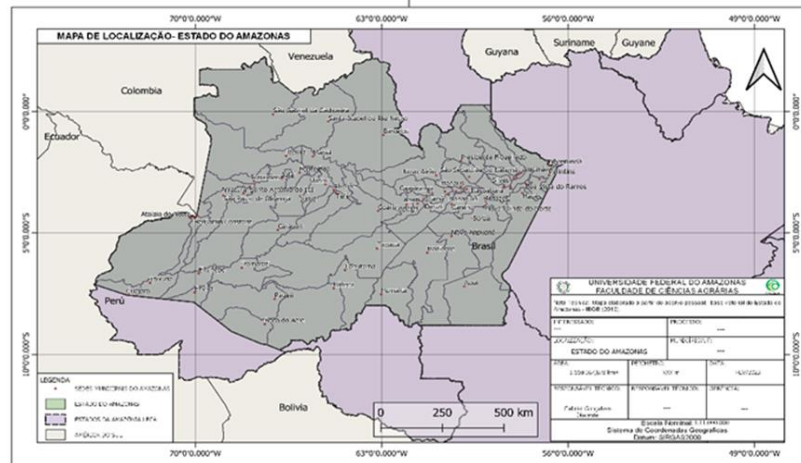
O objeto de estudo deste trabalho trata-se do Programa de Regionalização de Mobiliário Escolar (PROMOVE) e sua relação com o licenciamento ambiental. O PROMOVE é um programa da Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) em parceria com a rede estadual de ensino do Amazonas (SEDUC) na qual há a integração conjunta de Políticas Públicas do Governo Estadual em busca do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Amazonas. As cooperativas e associações de moveleiros, prioritariamente localizadas no interior do Estado por meio do PROMOVE, recebem incentivos para a fabricação dos mobiliários escolares, tendo como matéria-prima a madeira oriunda dos Planos de Manejo Florestais Simplificados.

## 2. Material e Métodos

### 2.1 área de estudo

A área de estudo desta pesquisa abrange os municípios do estado do Amazonas que fizeram parte do Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar - PROMOVE no período de 2012 a 2022.

**Figure 1:** Mapa de localização do Estado do Amazonas



**Fonte:** Dos Santos (2023)

O estado do Amazonas está localizado na região Norte do Brasil é o maior estado em questões territoriais do Brasil com cerca de 1.559.167,878 km<sup>2</sup>. Apresenta uma população estimada de 4,2 milhões de habitantes e tem densidade demográfica de 2,23 hab/km<sup>2</sup>. O Amazonas tem como sua capital, o município de Manaus, sua principal cidade, que compõe a maior aglomeração urbana do estado.

O Amazonas abriga em seu território uma grande parte da Floresta Amazônica, na qual é rica em biodiversidade, com diversas plantas, animais e micro-organismos que fornecem alimentos, remédios etc. O clima que predomina na região amazônica é o equatorial, devido estar próximo à linha do equador. É caracterizado por altas temperaturas e grande pluviosidade, esse grande nível de pluviosidade. O estado possui uma geografia rica, diversa e dinâmica com a maior rede hidrológica do país, clima tropical úmido, maior área protegida de floresta amazônica. No cenário atual, a floresta amazônica brasileira apresenta-se como tema de amplas discussões tanto no âmbito científico/ecológico, no desenvolvimento de pesquisas, quanto na sociedade de modo geral. (FILHO et al., 2001, p. 565).

### 2.2 Caracterização da pesquisa

O presente trabalho utilizou como modalidade de pesquisa, o estudo de caso. O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisa que coleta e registra dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora (CHIZZOTTI, 1998).

A pesquisa inclui estudo de literatura, levantamento bibliográfico e documental de informações da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) sobre o Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (PROMOVE) e a influência do licenciamento ambiental na execução desta política pública.

A pesquisa teve abordagem qualiquantitativa, cujo objetivo foi obter dados descritivos e numéricos, coletados a partir das ações da ADS junto aos moveleiros credenciados no programa, com o foco nos gargalos observados entre o Programa De Regionalização Do Mobiliário Escolar-PROMOVE e o processo de licenciamento ambiental da atividade. A abordagem quantitativa, foi usada para descrever os dados quantificáveis, com vistas a explicar a relação entre as variáveis quantitativas levantadas (FONSECA, 2002). Esse tipo de abordagem utilizou como instrumento, os dados registrados na ADS.

### 2.3 Autorização para realização da pesquisa

Para a realização desta pesquisa obteve-se autorização da Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS, órgão responsável pela elaboração e execução do PROMOVE, sendo aprovada

mediante ofício enviado à presidente no dia 27 de janeiro de 2023 que respondeu, dando o aceite para a coleta de dados no órgão.

#### 2.4 Levantamento de dados

Foram coletados dados do PROMOVE no período de 2012-2023 onde foram analisados fatores como a distribuição dos municípios beneficiados pelo programa, contado com índices de trabalhadores, recursos aplicados pelo governo do estado e as transferências relacionadas ao licenciamento ambiental.

A pesquisa focou em abranger 100% dos registros de dados da ADS no período de 10 anos, com informações sendo coletadas no Departamento de Negócios Florestais. Especificamente na Gerência de Comercialização de Produtos Florestais. Assim, foram utilizadas técnicas para analisar o levantamento de dados: pesquisa amostral em processos a partir dos registros dos moveleiros cadastrados, aprovados e reprovados no programa e os produtos oriundos das demandas a serem atendidas.

#### 2.5 Análise dos dados

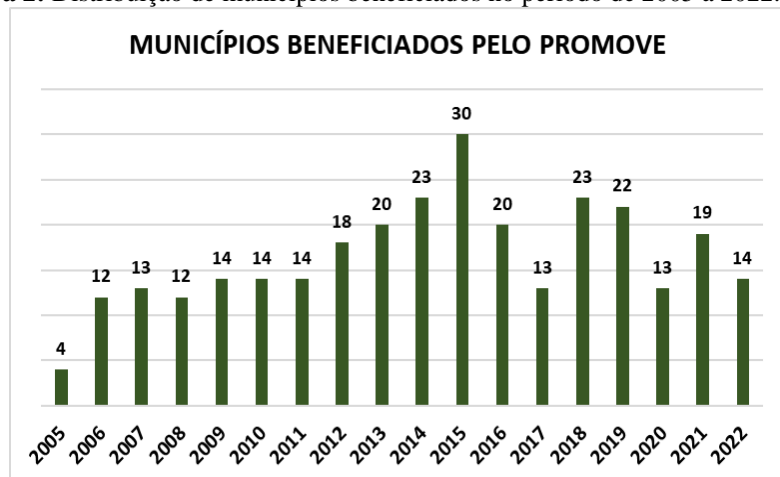
As informações obtidas foram analisadas através da análise descritiva quantitativa em software gerador de planilhas, tabulados e organizados. A fim de fazer a sua compilação e realizar a efetivação dos resultados a serem encontrados. Foi utilizado também o software QGIS [software GIS]. Versão 3.18.3 QGIS Geographic Information System para a elaboração de material cartográfico do Estado e municípios que participam do PROMOVE.

A metodologia de análise dos dados teve como foco principal atender aos objetivos estabelecidos. A efetividade do programa foi categorizada pela observação do número de municípios e beneficiários atendidos no período de 2012 a 2022. Os gargalos no processo de credenciamento foram avaliados a partir dos que se inscreveram, porém, não conseguiram se credenciar. O indeferimento foi considerado como gargalo e aqueles correlacionados com o licenciamento ambiental foram compilados à parte.

### 3. Resultados

O Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (PROMOVE) beneficiou ao longo de 17 anos (2015-2022) diversos municípios do Amazonas. Dentro deste período destaca-se 2015 como no qual o programa beneficiou 30 subvencionados

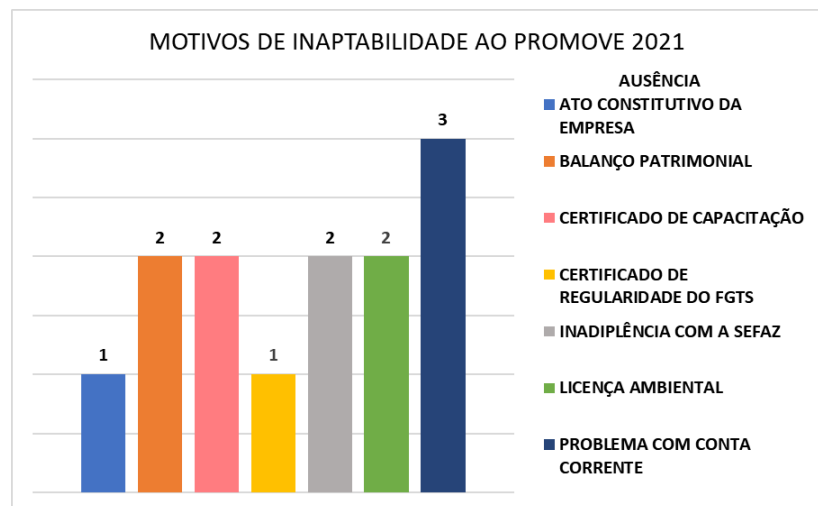
**Figura 2:** Distribuição de municípios beneficiados no período de 2005 a 2022.



Fonte: adaptado de ADS (2022).

Em 2021, o PROMOVE atendeu 19 municípios com 45 empresas inscritas, já em 2022, 14 municípios foram beneficiados com 50 empresas inscritas. No total, 95 empresas foram credenciadas entre 2021 e 2022, das quais 63 foram consideradas aptas e 22 inaptas. Os principais motivos de inaptabilidade que impediram que estes empreendimentos fossem beneficiados foram identificados.

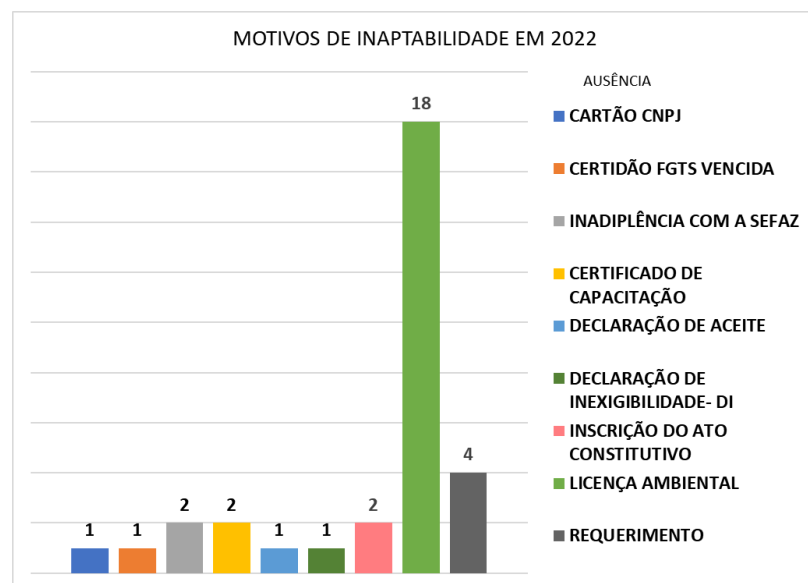
**Figura 3:** Motivações de inaptabilidade ao Edital PROMOVE 2021



**Fonte:** Elaborado por Santos (2022) a partir dos dados ADS.

Para o edital do PROMOVE 2022, as principais motivações para a não adesão à distribuição de cotas estão indicados na figura 4.

**Figura 4:** Motivação de inaptabilidade ao edital PROMOVE 2022



**Fonte:** Elaborado por Santos (2022) a partir dos dados ADS

Os resultados do PROMOVE mostram um crescimento constante no número de municípios atendidos, com impacto positivo na economia local, como indicado por estudos anteriores. (ALHO, 2009; NASCIMENTO, 2015)

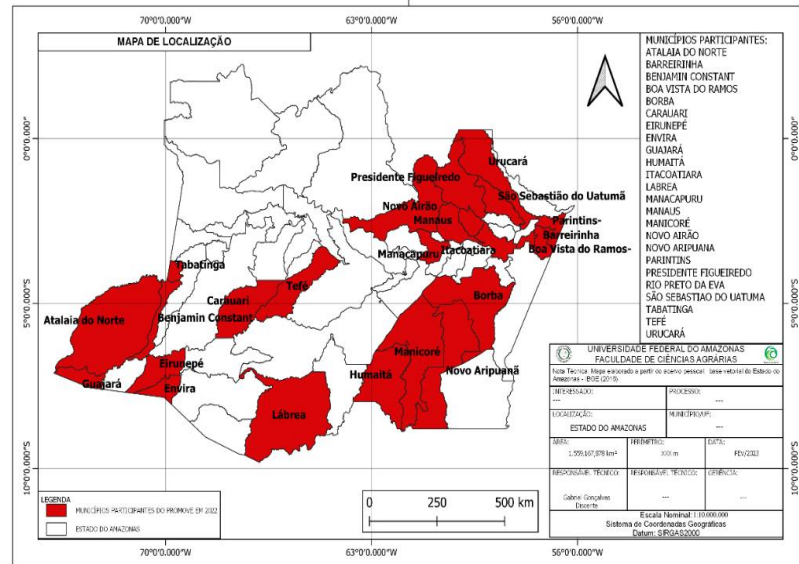
#### 4. Discussão

A princípio este trabalho iria avaliar 10 anos (2005-2015) do PROMOVE, entretanto, a inexistência de uma padronização no tratamento de dados, troca de gestões e alta rotatividade de funcionários do órgão dificultou o armazenamento dos dados os tornaram indisponíveis. Portanto, as análises realizadas concentram-se nos anos de 2021 e 2022, sendo avaliados: municípios beneficiados, modalidade de empreendimentos inscritos no programa, relação de aptos e inaptos e os motivos que impedem a contemplação dessas organizações quanto ao acesso ao PROMOVE.

Nos anos de 2021 e 2022 a PROMOVE beneficiou 24 municípios com cerca de 50 pessoas jurídicas inscritas para adesão ao programa, sendo beneficiados mais de mil trabalhadores do setor,

com um total de 16.900.000,00 de investimento. Um resultado promissor, considerando o processo de retomada da economia em um período pós pandêmico. Os municípios beneficiados foram: Atalaia do Norte, Barreirinha, Benjamin Constant, Boa Vista do Ramos, Borba, Caruarí, Eirunepé, Envira, Guajará, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manaus, Manicoré, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, São Sebastião do Uatumã, Tabatinga, Tefé e Urucará.

**Figura 5.** Municípios beneficiados pelo PROMOVE 2021 e 2022



Fonte: Elaborado por Santos (2023)

A partir da figura 5 nota-se uma maior concentração dos municípios com acesso a esta política pública, principalmente nas regiões do centro-sul e sudeste do estado do Amazonas.

As movelarias apresentaram um volume expressivo quanto a adesão ao credenciamento desta política pública, sendo seguida pelas associações, marcenarias e cooperativas. Destaca-se que alguns desses empreendimentos não puderam ser identificados devido à ausência de informações, porém para cumprir com a veracidade dos dados, esses empreendimentos não categorizados foram catalogados.

Através da análise dos dados coletados podemos observar que as motivações divergem, porém, em 2021 elas são em sua maioria de caráter documental. O licenciamento, que é um ato administrativo para obtenção de licença ambiental para a participação dos empreendimentos, no ano de 2021, não se categorizou como um gargalo para o credenciamento ou aptidão. Entretanto, em 2022, o licenciamento ambiental (ausência de licença ou não renovação da licença) foi o maior gargalo para a aptidão ao programa.

Quando analisamos os anos 2021 e 2022 em conjunto, o licenciamento ficou evidenciado como um dos maiores gargalos para adesão a esta política pública, porém a inexistência dos dados dos anos anteriores dificultou a validação desta afirmativa.

As movelarias licenciadas contribuem de forma significativa no processo produtivo da madeira manejada, gerando demanda e criando oportunidades de comercialização para o Plano de Manejo Florestal Sustentável (LOPES; LOPES, 2012). No entanto, o licenciamento ambiental ainda pode ser compreendido como o maior entrave para o desenvolvimento sustentável de atividades utilizadoras de recursos florestais, não pelo procedimento do licenciamento em si, mas devido a todas as variáveis que o envolvem. (CASTRO, 2005).

## 5. Conclusão

O programa apresenta uma forte distribuição no centro-sul e sudeste do estado, no entanto, a região norte apresenta ausência de municípios beneficiados. O programa realiza uma grande aplicação de recursos financeiros a serem investidos para o desenvolvimento desta política pública, fortalecendo o setor moveleiro, contribuindo com a utilização sustentável dos recursos florestais madeireiros e cooperando ativamente com o setor primário.

A falta de dados dos anos anteriores impossibilita a verificação da efetividade desta política pública e os impactos causados pela ausência do Licenciamento Ambiental. Mas, os estudos nos

anos de 2021 e 2022 já apontam que a falta de Licenciamento Ambiental é o gargalo para a inadaptação do programa, sendo responsável por 44% da falta de adesão e distribuição de cotas do PROMOVE.

O programa mostra grande potencial de desenvolvimento e pode ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento do estado, desde que esta seja alcançada e possa beneficiar e fortalecer essa política pública. É essencial uma maior aproximação do órgão licenciador para com a Agência de Desenvolvimento Sustentável, a fim de poder beneficiar os moveleiros que buscam a sua adesão ao PROMOVE, sanando este gargalo do licenciamento ambiental que é um dos principais entraves do programa.

## Referências

- ALHO, Milke Cabral. Uma análise político-econômica de desenvolvimento no município de Itacoatiara (AM). Manaus: UFAM, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, área de concentração em políticas de desenvolvimento), Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
- Brasil. Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981.
- Brasil.. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental. Brasília: MMA, 2009.
- CASTRO, M. F. de. Caracterização técnica da matéria-prima florestal para o setor madeireiro do Baixo Acre. 60f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) –Centro de Ciências Biológicas e da Natureza, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, 2005.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1998
- COSTA, N. R. Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.
- FILHO, D. A. L; MATOS, F. D; A; DO AMARAL, I. L; REVILLA, J; COÊLHO, L. S; RAMOS, J. F; DOS SANTOS, J. L. Inventário florístico de floresta ombrófila densa de terra firme, na região do rio Urucu- Amazonas, Brasil. ACTA AMAZONICA 31(4): 565-579, 2001.
- DA FONSECA, João José Saraiva. Apostila de metodologia da pesquisa científica. João José Saraiva da Fonseca, 2002.
- GORINI, Ana Paula Fontenelle. Panorama do setor moveleiro no Brasil, com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia industrial de produtos sólidos de madeira. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 8, p. 3-58, set., 1998.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- LASWELLLaswell, H.D. Politics: Who Gets What, When, How Cleveland, Meridian Books. 1936/1958
- LASWELLLaswell, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, LOWI, Theodor. "American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory", World Politics, 16: 677-715. 1964.
- LOPES, M.F.; LOPES, M.C. Avaliação da capacidade produtiva do mercado madeireiro do alto Solimões – AM. In: IV Congresso Florestal Paranaense, 2012, Curitiba. IV Congresso Florestal Paranaense. CURITIBA, 2012.
- LOWI, Theodor. "Four Systems of Policy, Politics, and Choice". Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.
- LYNNLynn, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.
- MÁXIMO, Fábio Henrique Dias. Proposta de diretrizes para projeto de móveis em madeira maciça comercializados na cidade de Manaus. Manaus: UFAM, 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal), Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais – PPGCIFA na linha de pesquisa “Tecnologia de Recursos Florestais”, Universidade Federal do Amazonas, 2013.
- MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-28/1995. \_\_\_\_\_. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3, p. 59-100.
- MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 8ª ed. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2013. 776-832 p.
- NASCIMENTO, Sergio Vieira do. Análise do desempenho das movelarias do município de Parintins. Manaus: UFAM, 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas, 2015.
- PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- PRIMACK, R. B; RODRIGUES, E. Biologia da Conservação Londrina: Planta, 2006.
- SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, C. L. Políticas públicas: desenvolvimento local. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 15-38.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

**Copyright:** © 2024 by the authors. Submitted for possible open access publication under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>)